

Indústrias criativas: alternativa de desenvolvimento regional

Cláudia Sousa Leitão*

Luciana Lima Guilherme**

Luiz Antônio Gouveia de Oliveira***

Raquel Viana Gondim****

Resumo O presente artigo tem por objetivo apresentar uma proposta de fomento às cadeias produtivas das indústrias criativas no nordeste do Brasil, na perspectiva de uma discussão acerca de modelos alternativos de desenvolvimento regional. Para concretizar esse propósito, foi realizada uma pesquisa do tipo bibliográfica em livros, artigos de periódicos e documentos eletrônicos. O estudo inicia-se com a reflexão sobre os significados do desenvolvimento e suas conexões com a criatividade e a inovação. A pesquisa está estruturada em dois grandes eixos: o primeiro trata do conceito de indústrias criativas e do relato de suas potencialidades na geração de impactos econômicos, culturais, sociais e tecnológicos positivos na alavancagem do comércio doméstico e externo de bens e serviços criativos; o segundo apresenta uma discussão sobre desenvolvimento local e regional a partir do conceito de ‘bacia criativa’ com vistas a um novo enfoque territorial do nordeste brasileiro. A partir desses eixos, é proposto o Programa Nordeste Criativo que se constitui de duas linhas de ação fundamentais: o primeiro refere-se à estruturação e operacionalização de um Observatório das Indústrias Criativas do Nordeste (OICNE) voltado a produção e difusão do conhecimento sobre a economia criativa da região; o segundo diz respeito à criação e operacionalização dos Birôs de Negócios Criativos (BNC), ou seja, espaços físicos para o fomento de empreendimentos criativos sustentáveis e fortalecimento da cadeia produtiva das indústrias criativas. Assim, este estudo vem contribuir para a construção de um novo pensamento sobre o nordeste brasileiro. Por um lado, a institucionalização do Observatório das Indústrias Criativas se propõe a identificar o potencial criativo daquela região; do outro, os Birôs de Negócios Criativos objetivam consolidar as cadeias produtivas das indústrias criativas, enfatizando a profissionalização de empreendedores, a formação de gestores, a construção de novas habilidades e competências para os agentes do campo criativo. Trata-se, enfim, de se construir e consolidar uma alternativa de superação do atraso social e econômico pelo viés do fomento a empreendimentos criativos, onde o desenvolvimento regional é compreendido como

* Doutora em Sociologia pela Sorbonne. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Endereço postal: UECE, Curso de Mestrado Acadêmico em Administração, Av. Paranjana, 1700, bloco das Pós-Graduações, 1º piso, Itaperi, Fortaleza, CEP. 60740-000, telefone (85) 3101-9940

** Mestre em Administração pela UECE. Professora da faculdade Sete de Setembro e diretora de Empreendedorismo, Gestão e Inovação da futura Secretaria da Economia Criativa do Ministério da Cultura (MinC). Endereço postal: MinC, Esplanada dos Ministérios, Bloco B, Brasília, CEP. 70068-900.

*** Doutorando em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Endereço postal: MinC, Secretaria da Economia Criativa, SCS Qd 09, Lote C, Torre B 11º Andar, Brasília, CEP. 70308-200, telefone (61) 2024-2955.

**** Mestre em Administração pela UECE. Professora em diversas instituições de ensino superior no Ceará.

sendo um processo multidimensional, envolvendo a comunidade impregnada de história, suas relações, suas instituições e capaz de conduzir o seu próprio destino.

Palavras-chave desenvolvimento regional. economia criativa. políticas públicas. bacia criativa. Programa Nordeste Criativo.

Creative industries: regional development alternatives

Abstract This article aims to describe a proposal to promote the productive chains of the creative industries in northeastern Brazil, in the context of a discussion about alternative models of regional development. To achieve this purpose, we performed a literature search in books, journal articles and electronic documents. The study begins with a reflection on the meanings of development and its connections to creativity and innovation. The research is structured in two main areas: the first one deals with the concept of creative industries and the report of its potential to generate economic, cultural, social and technological leverage the positive domestic and foreign trade of creative goods and services; the second one presents a discussion of local and regional development from the concept of 'creative bassin' with a view to a new territorial approach in northeastern Brazil. From these lines, we propose the creative Northeast Program which consists of two fundamental lines of action: the first one refers to the structure and operation of the Centre for Creative Industries in the Northeast (OICNE) facing the production and dissemination of knowledge about the creative economy in the region; the second one concerns the establishment and operation of Creative Business Bureaus (BNC), ie, physical spaces for the promotion of sustainable creative enterprises and strengthening of the productive chain of creative industries. Thus, this study contributed to the construction of a new way of thinking about the Brazilian northeast. On the one hand, the institutionalization of the Centre for Creative Industries aims to identify the creative potential of that region; on the other, the Creative Business Bureaus aim to consolidate the supply chains of the creative industries, emphasizing the professionalization of entrepreneurs, the training of managers, the building of new skills and competencies for those involved in the creative field. It is, finally, to build and consolidate an alternative for overcoming the social backwardness and economic bias by fostering creative endeavors, where regional development is understood as a multidimensional process, involving the community steeped in history, their relations, their institutions and able to conduct their own destiny.

Keywords regional development. creative economy. public policies.

No momento cultural que atravessamos, em que se sente um desejo imperioso, uma aspiração coletiva por uma afirmação categórica de independência política e econômica de nação – os estudos dessa natureza devem ser estimulados e recebidos jubilosamente porque constituem as balizas do roteiro de nossa futura política – de uma política consciente, realmente identificada com as aspirações e as singularidades regionais de nosso povo. Política que se presente para os

próximos dias como uma benéfica e irremovível contingência do impulso criador de nossa cultura. (CASTRO, 1937).

Considerações iniciais

As políticas governamentais para o desenvolvimento no Brasil nem sempre foram formuladas com a necessária ênfase no protagonismo dos indivíduos-alvo dessas políticas. Por isso, muitas delas não se tornaram públicas, pois não foram construídas nem compartilhadas com as comunidades e populações para as quais eram destinadas. No novo século, em que o conhecimento e a tecnologia desfazem os velhos mapas geopolíticos do planeta, urge que se reflita sobre os novos significados alternativos para o desenvolvimento, especialmente nos países considerados emergentes. Esse artigo se propõe a refletir sobre uma alternativa de desenvolvimento cujas bases constituem vocações insuspeitas do nosso país, especialmente da região Nordeste: referimo-nos à criatividade e à inovação.

Os discursos sobre o desenvolvimento entre modernos e eternos

A citação de abertura desse artigo é de Josué de Castro. Há setenta anos, o geógrafo pernambucano nos advertia sobre a necessidade de se repensar os significados do desenvolvimento no Brasil. E, de forma precoce ou quase profética, compreendeu a importância de um desenvolvimento baseado na territorialidade regional e na criatividade de suas populações.

Ao longo de sua vida, o economista Celso Furtado também nos advertia sobre a necessidade de ampliação das dimensões do desenvolvimento, alertando-nos acerca do reducionismo dos estudos relativos ao tema, quase sempre limitados aos processos acumulativos das forças produtivas.

[...] a acumulação é condição necessária, mas não suficiente para obter o desenvolvimento das forças produtivas. Usar a acumulação para aumentar a eficácia do trabalho requer um prévio esforço de invenção ou o acesso a novas técnicas alhures inventadas. Portanto, o desenvolvimento é sempre tributário de uma atividade criadora. (FURTADO, 2000, p. 46)

Tanto Castro quanto Furtado enfatizaram no desenvolvimento sua natureza transformadora. Para ambos, a transformação social deveria ser fruto de um processo contínuo e dinâmico de fixação de objetivos e de adequação dos meios à sua consecução. Esse processo de adaptação e de eficácia entre meios e fins pressupõe necessariamente a capacidade humana de inovar, a qual não se limita ao mero domínio de técnicas de produção, mas que diz respeito, sobretudo, às opções

que fazemos acerca dos nossos modos de viver. Essas opções, por sua vez, são tributárias dos nossos imaginários, dos nossos valores, das nossas representações sociais ou, ainda, das nossas expressões culturais. Como vemos, os modos de viver vão muito além das relações mercadológicas ou dos sistemas econômicos.

Josué de Castro e Celso Furtado ousaram enfrentar, ao longo do século XX, as grandes e perigosas ilusões construídas pelo mito do desenvolvimento. Seus discursos, por não serem modernos, são eternos. Mas, sobre quais ilusões relativas ao desenvolvimento nos referimos? Para os discursos modernos, domina-se para transformar, acumula-se para enriquecer. Dessa forma, o desenvolvimento ora é associado às imagens do poder, ora aos determinismos culturais. Enquanto ‘ética do fazer’, constituída de apenas dois valores (um falso e um verdadeiro), o desenvolvimento foi reduzido a categorias meramente econômicas, que subestimaram, por exemplo, os papéis estratégicos da criatividade humana enquanto matriz produtora, ao mesmo tempo, de novas tecnologias, assim como de novas éticas, socialidades e solidariedades. O pensamento binário esteve e, lamentavelmente, ainda se mantém presente em inúmeras interpretações sobre o desenvolvimento. O resultado é que a racionalidade do ‘terceiro excluído’ acabou retirando das representações do desenvolvimento tudo aquilo que nele não se conseguia medir, tudo que nele fosse da ordem do evanescente ou do imaterial (LEITÃO: 2009, p. 26).

A esse respeito, em 1997, o Editorial do New York Times revelava a impotência do modelo desenvolvimentista moderno, referindo-se, especialmente, à América Latina:

Há poucos anos, apesar das advertências de numerosos economistas, políticos na América Latina e Washington afirmavam que o crescimento econômico sozinho ainda cuidaria dos latino-americanos mais pobres. Muitos acreditavam nisso, mas hoje já não o fazem. O crescimento foi demasiado lento e, na América Latina, que tem a maior brecha entre ricos e pobres, os benefícios foram para as mãos principalmente dos ricos. Compram-se telefones celulares em demasia e arroz insuficiente. (ROJAS: 2004, p. 17)

A metáfora e o paradoxo, apontados pelo editorial norte-americano entre o arroz e o celular, são absolutamente oportunos para o Brasil. Afinal, somos um país de contrastes avassaladores, particularmente no domínio da comunicação, pois somos “campeões” no consumo, mas não na produção de novas tecnologias. Nos municípios brasileiros, por exemplo, observa-se uma esmagadora presença de vídeo locadoras em detrimento das bibliotecas (IBGE: 2007), informação valiosa para um país que ainda subestima o peso da indústria criativa na formulação de políticas públicas para o seu desenvolvimento.

No final do século XX, novas contribuições sobre o tema vêm realocar os debates sobre o desenvolvimento, que passa finalmente a se ‘culturalizar’, ampliando seus horizontes, aprofundando suas possibilidades, ganhando, enfim, maior visibilidade e prestígio nos cenários nacional e internacional. Em 1999, o “Fórum Desenvolvimento e Cultura”, organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), agregou novos significados a essas duas expressões. A cultura passa a ser percebida como uma matriz dinâmica das formas de ser, estar, de se relacionar e de se perceber o mundo (LEITÃO: 2007, p. 27). Desenvolver, nesse caso, não significaria somente construir obras de infra-estrutura (tais como saneamento, estradas ou casas),

mas passaria, sobretudo, a traduzir as reações e as intervenções dos indivíduos e das comunidades atingidos por esses benefícios, ou seja, a possibilidade de ampliar as interpretações acerca dos impactos (culturais, sociais, ambientais, entre outros) desses projetos com as comunidades e populações envolvidas. O presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn ratifica esta concepção, afirmando que “a autoconsciência e o orgulho que vêm da identidade cultural é uma parte essencial do empoderamento de comunidades para tomar em mãos seu próprio destino” (WOLFENSOHN: 2004 *apud* ROJAS: 2004, p. 21). Depois de quinze anos de difusão e mediação do conceito de “desenvolvimento humano” por parte do Programa Nacional para o Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD), os governos latino-americanos começariam, enfim, a se dar conta de sua complexidade (ROJAS: 2004, p.25).

Em 2003, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Aplicados (IPEA) apresentaram um extenso estudo econométrico sobre a América Latina, com as seguintes conclusões (ROJAS: 2004, p. 27):

1. O crescimento econômico tende a concentrar riqueza;
2. A redução das desigualdades é um mecanismo mais efetivo para a redução da pobreza que o crescimento econômico;
3. Os elevados níveis de desigualdade da América Latina são um obstáculo para o logro de um crescimento mais dinâmico;
4. A desigualdade social, característica da América Latina, mostra uma grande persistência.

Essas conclusões são lapidares e incitam à revisão de mentalidades sobre o desenvolvimento, especialmente nos campos científico e político, fruto da própria decadência de um modelo cujos resultados somente reforçaram o abismo entre ricos e pobres, especialmente nos países periféricos. Apesar das políticas sociais dos últimos governos, o Brasil continua sendo o campeão mundial em desigualdade social. Esse dado corrobora o cenário de ‘não desenvolvimento/desenvolvimento concentrador’, hoje presente na maior parte dos países no planeta. Nossa mão-de-obra barata associada à abundância de matérias-primas, que já foi considerada um ‘atrativo’ para investimento estrangeiro, hoje revela as fragilidades de uma concepção de desenvolvimento que, decididamente, não produzirá prosperidade nacional. Seremos, enfim, capazes de apostar em novas formas de produção, em novos insumos, em novas profissões, em novos modos de viver?

Em um mundo não linear, não há como ser mantida a crença em causalidades lineares e nem há como encorajarmos ‘esperanças evolucionistas’ entre povos considerados ‘subdesenvolvidos’. É o que afirma Rivero acerca das chamadas Economias Nacionais Inviáveis (ENIs):

Os países subdesenvolvidos, que representam 75% da humanidade (4,8 bilhões de habitantes), têm apenas 7% dos cientistas e engenheiros do mundo, fazem menos de 2% do investimento mundial em pesquisa e desenvolvimento e produzem apenas 3% do software [...] metade deste minguaço artesanal científico-tecnológico encontra-se concentrado em poucos países, como

Cingapura, Hong-Kong, Malásia, Taiwan, China, Índia e, em menor grau, Brasil. (RIVERO, 2002, p. 133)

Enquanto a demanda mundial de produtos e serviços tecnológicos aumenta 15% ao ano, a demanda de matérias-primas não chega aos 3%, com tendência ainda ao declínio. (RIVERO, 2002, p.133-134). Esses dados são reveladores, pois apontam para a força econômica da criatividade que, por sua vez, pode se transformar em inovação.

E o que dizer do nordeste brasileiro, que exemplifica historicamente o fracasso do mito do desenvolvimento? Rojas (2004, p. 9) afirma que alguns analistas chegaram a sustentar “[...] que o Nordeste é um verdadeiro ‘triângulo das bermudas’ onde toda tentativa para promover o desenvolvimento desaparece e onde o crescimento ‘não dá certo para o povo’”. Os projetos assistencialistas, as ajudas internacionais são filhas diletas do mito do desenvolvimento. A criação de instituições de fomento, de programas, projetos, a transferência de recursos, a doação de equipamentos se mesclam com os sistemas oligárquicos locais que, em suas esferas política, social e econômica, vêm demonstrando, ao longo do tempo, capacidade de adaptação, renovação e continuidade. São exatamente esses sistemas oligárquicos que se nutrem do ‘não desenvolvimento’ das regiões mais pobres do país, do nordeste ‘sem saída’.

Barbero define quatro forças que impulsionam o desenvolvimento: a organização flexível da produção; a difusão das inovações e do conhecimento; a mudança e adaptação das instituições e o desenvolvimento urbano do território (ROJAS: 2004, p. 22). A interação entre essas forças produziria a necessária sinergia capaz de alavancar um desenvolvimento endógeno, capaz de nos fazer compreender os processos sociais que fundamentam os processos de acumulação econômica. O desenvolvimento endógeno permitiria às regiões pobres e desiguais, como é o caso do nordeste brasileiro, uma nova alternativa de crescimento econômico, não mais construído de fora para dentro, mas resultado de uma dinâmica econômica local capaz de dialogar com o mundo. Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento se fundamentaria em profundas raízes culturais, pois valorizaria éticas, socialidades e expressões culturais locais, necessárias, por sua vez, à consolidação de práticas cooperativas, ao crescimento da confiança entre indivíduos e grupos, além da proteção ao patrimônio cultural e ambiental dos territórios envolvidos.

No entanto, muitos técnicos, gestores públicos, intelectuais e particularmente políticos, mesmo diante do fracasso de projetos de transformação estrutural, ainda se mantêm reféns da mesma mentalidade positivista e da mesma lógica binária e, por isso, continuam buscando construir relações de causa e efeito, tanto nos seus discursos acerca do desenvolvimento, quanto nas suas retóricas sobre a exclusão social. As novas tendências acerca do desenvolvimento, hoje disseminadas pelos organismos nacionais e internacionais de pesquisa econômica, lamentavelmente ainda não encontraram a necessária acolhida entre os governos das regiões oprimidas economicamente. São esses governos que necessitariam urgentemente formular políticas e programas frutos de uma concepção do desenvolvimento. No entanto, o nordeste brasileiro ainda não conseguiu ser percebido pelos seus governantes, enquanto uma ‘região criativa’, capaz de ousar construir, em função de suas próprias características culturais, novas alternativas para o seu próprio desenvolvimento.

Em meados de 2009, o ex-ministro Roberto Mangabeira Unger realizou algumas palestras no nordeste brasileiro, levantando essa discussão. Em seu discurso, afirmava que, além dos projetos infra-estruturais (como as rodovias, os portos, os aeroportos, as refinarias), seria oportuno agregar às políticas estaduais de desenvolvimento, programas de fomento à criatividade e à inovação, hoje presentes em vários continentes. Unger, em sua passagem pelo Ceará, afirmava

que o nordeste brasileiro poderia ser uma ‘China’, referindo-se à ‘China Criativa’, que tem se destacado no planeta pelo desenvolvimento de tecnologias voltadas a projetos inovadores. O ministro conclamava os governadores nordestinos a aderir a uma nova alternativa de desenvolvimento, baseada na economia criativa.

Ora, a região nordeste é reconhecida nacionalmente como celeiro da criatividade brasileira. Seu potencial turístico, seu empreendedorismo no setor tecnológico, a riqueza e a diversidade de seu patrimônio material e imaterial exemplificam essa criatividade. Ironicamente, os governos não transformam essa criatividade em ativos estratégicos para suas economias e, desse modo, continua a ser reconhecida pelos seus baixos índices de desenvolvimento humano. A vocação da região nordeste para a produção de bens e serviços criativos não deveria ser reconhecida pelo Estado, concretizando-se em políticas e programas de fomento a essa nova economia?

Indústrias criativas: uma alternativa para o desenvolvimento regional

O tema ‘indústrias criativas’ está no foco das discussões de órgãos e comunidades internacionais, nos últimos anos, sendo destacado como estratégico para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social de países desenvolvidos e em desenvolvimento, seja através da geração de emprego e renda, seja por meio da promoção da inclusão social, da diversidade cultural ou do desenvolvimento humano. Desta forma, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD, as indústrias criativas podem ser assim ser definidas:

[...] os ciclos de criação, produção e distribuição de bens e serviços que usam a criatividade e o capital intelectual como principais insumos. Elas compreendem um conjunto de atividades baseadas no conhecimento e que produzem bens tangíveis e intangíveis, intelectuais ou artísticos, com conteúdo criativo, valor econômico e voltados para o mercado. (UNCTAD, 2008, p. 4)

Os bens e serviços criativos são resultantes da interação existente entre aspectos econômicos, culturais, sociais e tecnológicos, conforme pode ser verificado na figura 1 a seguir.

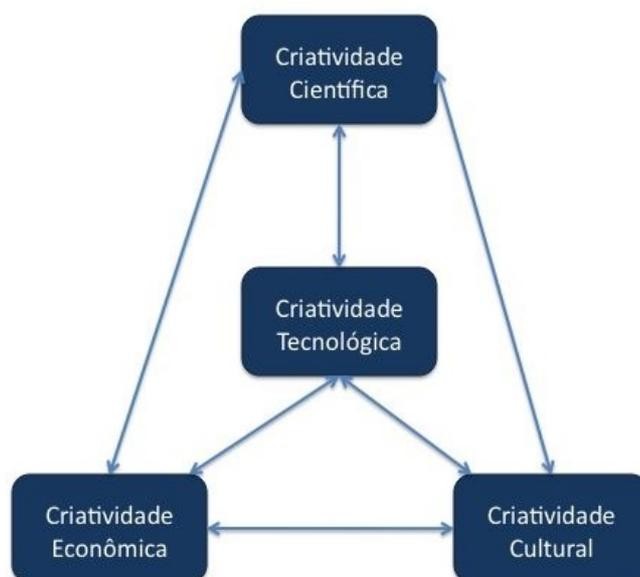


Figura 1: Interação existente entre aspectos econômicos, culturais, sociais e tecnológicos,

Fonte: KEA European Affairs (2006, p. 42)

No período de 2000 a 2005, esses bens e serviços tiveram um incremento médio de 8,7% no comércio internacional, totalizando uma movimentação financeira mundial de US\$ 424,4 bilhões de dólares em 2005. (UNCTAD, 2008). No entanto, apesar do seu efetivo potencial de crescimento, alguns obstáculos vêm impedindo sua expansão: a baixa disponibilidade de recursos financeiros para o financiamento de negócios desta natureza; o baixo investimento em capacitação dos agentes atuantes na cadeia produtiva destas indústrias, agentes cuja atuação exige visão de mercado, de gestão de negócios e de conhecimentos técnicos e artísticos; pouca infra-estrutura no que se refere à distribuição e difusão dos bens e serviços.

Também o Brasil, reconhecido pela sua diversidade cultural e potencial criativo, sofre com todos estes obstáculos. Isso ocorre em função da ausência de formulação e implementação de políticas públicas de fomento à economia criativa, que promovam um choque de oferta a partir, por exemplo, do apoio à profissionalização desses novos negócios, estruturação de infra-estrutura para a circulação e difusão de bens e serviços criativos, além da concessão de crédito como apoio ao investimento no setor.

Por outro lado, os indicadores do consumo cultural brasileiro, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE: 2007), evidenciam a necessidade premente de investimento neste setor. Conforme pode ser observado a seguir, a população brasileira é acometida por um grave déficit no que se refere ao acesso a bens e serviços culturais, exemplificado pelo dado contraditório de que, enquanto mais de 90% dos municípios não possuem salas de cinema, teatro, museus e espaços culturais multiuso, a média brasileira de despesa mensal com cultura por família é de 4,4% do total de rendimentos, acima da educação (3,5%), não variando em razão da classe social, ocupando a sexta (6^a) posição dos gastos

mensais da família brasileira. Vale salientar a existência de uma extrema dependência dos produtos e serviços criativos brasileiros do patrocínio público, demonstrando a ausência de um desenvolvimento sustentável das atividades criativas e, por conseguinte, dos negócios a elas relacionados.

O desafio, que se impõe aos governos e as agências de fomento, especialmente ao Brasil, é o de ampliar seu campo de pesquisas, de produzir dados confiáveis, de construir sistemas de informação, a partir dos quais possamos identificar comportamentos e práticas que nos permitam compreender as inúmeras transformações sociais em nosso país.

O secretariado da UNCTAD (2008) vem afirmando que a economia criativa está em franca expansão, garantindo: (i) promoção e apoio à criação de novos negócios, trabalho e renda no campo das indústrias criativas; (ii) promoção do fortalecimento de micro, pequenas e médias empresas do setor; (iii) efetivação de mecanismos direcionados à consolidação institucional de instrumentos regulamentares; (iv) apoio à alavancagem do desempenho exportador; (v) apoio à maior circulação e distribuição de produtos e serviços; (vi) ampliação de profissionais capacitados para a gestão, o empreendedorismo e a produção; (vii) desconcentração regional na distribuição de recursos, promovendo um maior acesso a linhas de financiamento (incluindo o microcrédito);(viii) geração de conhecimento e disseminação de informação; (ix) ampliação do consumo.

O comércio é o componente-chave neste modelo porque, em anos recentes, as indústrias criativas têm estado entre os mais dinâmicos setores no sistema de comércio global. As taxas de crescimento médio estão sendo alavancadas de modo mais rápido do que aquelas relativas aos outros serviços mais convencionais. Enquanto a taxa de crescimento de exportações mundiais totais elevou-se em 12%, no período de 2000 a 2005, a *performance* dos serviços criativos demonstrou dinamismo no mercado mundial, com um incremento médio de 8,7% no comércio internacional de bens e serviços. Apesar destes números, os índices relacionados ao fluxo comercial são variáveis e sazonais, em função de uma falta de padronização dos indicadores oficiais, o que impossibilita análises comparativas mais aprofundadas em nível global, dificultando a sinergia dos modelos desenvolvidos nos diversos países. Esta ausência de indicadores internacionais consistentes, quantitativos e comparáveis, para mapear e medir o impacto econômico, social e cultural das indústrias criativas, faz com que as análises desta economia se baseiem em meras análises de tendências.

Desta forma, o debate internacional acerca de novas alternativas de desenvolvimento é resultante da combinação de uma série de fatores, dentre os quais merecem ser ressaltados (BOISIER, 2004):

- As novas formas de produzir e comercializar bens e serviços, graças à revolução dos transportes e da telemática, o que possibilitou substituir o sistema produtivo baseado em grandes plantas industriais e cadeias produtivas verticalizadas situadas em um espaço nacional, por organizações operando em rede, situadas em diferentes países e formando cadeias produtivas e comerciais globalizadas;

- A homogeneização de padrões culturais e de consumo, em escala global, o que, de um lado, reforça o consumo de um conjunto de bens e serviços e, de outro, cria uma preocupação cada vez maior com a afirmação de identidades culturais, como forma de resistência à crescente homogeneização, incentivando o pluralismo e o direito à diferença;

- A compreensão de que a melhoria da qualidade de vida não se traduz apenas no crescimento da oferta de bens materiais, mas na ampliação das oportunidades de realização pessoal e coletiva, na redução das desigualdades sociais e no respeito ao meio ambiente; e

- A convicção de que o desenvolvimento é um tema que diz respeito a toda a comunidade e não apenas a um grupo seleto de técnicos e dirigentes situados nos escalões mais altos de Governo e de que só haverá desenvolvimento sustentável e capaz de integrar crescimento econômico com bem-estar individual e social se houver a democratização das decisões e políticas.

Todos esses fatores acabam por produzir uma concepção de desenvolvimento que realça o papel decisivo das cidades e regiões, pois é nelas que vive a maior parte da população mundial e será em seu entorno que as pessoas e coletividades poderão concretizar seus anseios de melhores condições de habitar e viver. As cidades e regiões vêm se transformando em atores estratégicos, passando a competir por investimentos e por participação no mercado global.

Toda precaução é necessária para evitar conclusões equivocadas, frutos de meras análises estatísticas. É óbvio que analisar apenas alguns indicadores da economia criativa não nos permite compreender toda a sua potencialidade, pois grande parte dessa economia é informal. Se, de um lado, a maior parte das contribuições das organizações artísticas e criativas se origina dos direitos autorais, das licenças, das vendas e distribuições de conteúdos criativos digitalizados (através dos quais os dados são categorizados e comparados, permitindo análises confiáveis em nível global), de outro, temos que enfrentar o desafio de construir novas metodologias que nos permitam conhecer e dominar o universo da criatividade humana que, em muitos dos seus domínios, ainda permanece inexplorado.

Programa Nordeste Criativo: uma proposta de fomento à economia criativa

O ‘Programa Nordeste Criativo’ tem por objetivo criar estratégias de fomento às indústrias criativas da região nordeste, a partir da criação, implementação e desenvolvimento de dois projetos:

- 1) o Observatório das Indústrias Criativas do Nordeste, para o desenvolvimento de pesquisas de mapeamento da oferta e do consumo relativos à economia criativa, além da geração de conhecimento relativo aos mercados e tendências deste segmento econômico;

- 2) o Birô de Negócios Criativos, para a estruturação de ambientes de promoção e fortalecimento da cadeia produtiva das indústrias criativas destinados a contribuir para o fomento de empreendimentos criativos sustentáveis. Os objetivos específicos foram construídos a partir de cada projeto constitutivo do Programa Nordeste Criativo.

Uma metodologia para o fomento da economia criativa no nordeste brasileiro

Poucas são as pesquisas, especialmente no Brasil, relativas às indústrias criativas. Por isso, o país se ressentia de um aprofundamento metodológico capaz de produzir informação e conhecimento nesta área, tratando-a, por conseguinte, como uma estratégia significativa de desenvolvimento. Neste sentido, foi proposta uma metodologia no Programa Nordeste Criativo que, de um lado, define conceitos e classificações acerca das indústrias criativas, de outro, propõe estratégias para a pesquisa de campo, a partir desse referencial teórico.

Para tanto, foi tomada a classificação das indústrias criativas propostas pelo segundo relatório da UNCTAD (2008), além dos conceitos, elaborados nesse estudo, de ‘território criativo’ e de ‘bacia criativa’.

O que pesquisar?

Da definição e classificação das Indústrias e das Bacias Criativas como fundamentos conceituais dos projetos do Observatório das Indústrias Criativas e do Birô de Negócios Criativos.

Segundo o Relatório de Economia Criativa 2008 (UNCTAD, 2008), a economia criativa se constitui a partir de nove indústrias discriminadas em quatro categorias, conforme pode ser observado na figura. 2, a seguir:



Figura 2: Classificação das Indústrias Criativas

Fonte: autores, 2009 baseado no Relatório da UNCTAD, 2008.

- Patrimônio – Sítios culturais (arqueológicos, museus, bibliotecas e galerias) e manifestações tradicionais (arte popular, artesanato, festivais e celebrações);
- Artes – Artes visuais (pintura, escultura e fotografia) e artes performáticas (teatro, música, circo e dança);
- Mídias – Publicações e Mídias impressas (livros, jornais e revistas) e audiovisual (cinema, televisão e rádio);
- Criações funcionais – Design (interior, gráfico, moda, jóias e brinquedos), serviços criativos (arquitetura, publicidade, P&D Criativos, lazer e entretenimento) e novas mídias (softwares, jogos eletrônicos e conteúdos criativos digitais).

Onde pesquisar?

Foi definida, no primeiro momento, como ‘bacia criativa’ a unidade territorial na qual criatividade, éticas e estéticas se entrelaçam para produzir vivências e sobrevivências humanas. Numa perspectiva mais objetiva, uma bacia criativa constituiria um espaço privilegiado de articulação entre cultura, ciência, tecnologia e meio ambiente para o desenvolvimento local/regional. A ‘bacia criativa’ representaria, enfim, o *locus* fundamental do encontro entre o saber e o fazer cultural, tecnológico e ambiental, o que lhe confere características, identificações e sinergias próprias. Ela toma, de um lado, a metáfora das ‘bacias hidrográficas’ quando se refere aos inúmeros afluentes que desembocam em um grande leito que orienta e dá forma ao fluxo criativo de um território; de outro, das ‘bacias semânticas’, espécies de reservatório primordial que nutrem o imaginário das gentes. Reunindo-se as duas imagens, poderíamos dizer que as ‘bacias criativas’ podem ser reconhecidas como conjuntos relevantes de afluentes da nossa produção cultural, tecnológica e ambiental que vêm desaguar no grande rio da diversidade criativa brasileira.

Para propor uma nova cartografia nordestina, através da identificação das bacias criativas, necessita-se, em um primeiro momento, definir alguns referenciais teóricos que sustentarão a pesquisa. O conceito de campo de Bourdieu (como espaço social autônomo de produção, constituído de relações objetivas) é fundamental para o conceito de ‘bacia criativa’. Desse modo, uma ‘bacia criativa’, como reservatório, simboliza o encontro entre vários afluentes, os diversos campos, os quais apresentam propriedades e lógicas específicas:

Compreender a gênese social de um campo, e apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram, é explicar, tornar necessário, subtrair ao absurdo do arbitrário e do não motivado os atos

dos produtores e as obras por eles produzidas e não, como geralmente se julga, reduzir ou destruir (BOURDIEU: 2009, p. 69).

Uma ‘bacia criativa’, como *locus* de criação, distribuição e consumo/fruição de produtos ao mesmo tempo econômicos e simbólicos, abrigará em cada um dos campos que a compõem, estratégias de operação diversas, em função dos diferentes interesses associados às posições dos diversos atores nos mesmos.

Como, então, poderiam ser identificadas as ‘bacias criativas’ no nordeste brasileiro? Partiu-se da mesma referência cartográfica proposta pelo Ministério da Integração Nacional, quando define sub-regiões com diferentes graus de dinamismo, níveis de renda, relações de trabalho e índices de qualidade de vida. As informações apresentadas na Política Nacional de Desenvolvimento Regional mostram as diferenças marcantes na dinâmica das economias sub-regionais do Nordeste.

A delimitação territorial considerada no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – PDNE (MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, 2006) compreende diferentes sub-regiões de Planejamento (áreas-programa) e centros urbanos articuladores das redes de infra-estrutura, dos circuitos econômicos e dos sistemas hierarquizados de serviços públicos: Meio-Norte, Sertão Norte, Ribeira do São Francisco, Sertão Sul, Litorânea Norte, Litorânea Leste, Litorânea Sul e Cerrados. Estas sub-regiões de planejamento correspondem a áreas de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE (BANDEIRA, 2004) que foram identificadas pelos critérios de localização geográfica e pela problemática econômica e social (refletida na renda domiciliar por habitante e na taxa de crescimento do PIB). As mesmas são articuladas pela rede de cidades, em cujas áreas de influência estão contidas. A caracterização das sub-regiões inclui também categorias relativas ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Produto Interno Bruto (PIB), atividades econômicas predominantes (cadeias e arranjos produtivos) e condições naturais.

Partindo-se das variáveis propostas pelo Ministério da Integração Nacional (BANDEIRA, 2004), foram acrescentadas novas variáveis à nossa pesquisa, as quais nos permitirão definir o que se denomina de ‘territórios criativos’:

- Densidade populacional (hab/km²)
- Densidade de produção, ou circulação, ou consumo de bens e serviços criativos (festivais, mostras, festas, feiras, sítios culturais/ naturais, grupos artísticos, atividades artesanais, atividades turísticas, serviços criativos etc)
- Densidade institucional (educacional e de governança)
- Densidade sócio-econômica

Os ‘territórios criativos’ são aqueles que abrigam possíveis ‘bacias criativas’, ou seja, constituem os *loci* privilegiados de produção, difusão, distribuição e consumo de bens e serviços criativos. Neles serão identificadas as cadeias produtivas desta economia (empresas, empreendimentos), os profissionais, os órgãos políticos e de fomento, os canais de difusão e distribuição, assim como os consumidores de bens e serviços criativos. Foram eleitos, no nordeste brasileiro, por meio de uma primeira pesquisa exploratória, dez ‘territórios criativos’, a partir dos quais serão esboçados

o *design* das respectivas bacias criativas. A identificação destes territórios se deu a partir do levantamento de dados secundários, ressaltando-se a consulta aos institutos de pesquisa dos estados nordestinos (IBGE: 2007; MINC: 2009) entre outros sítios, periódicos e informativos de natureza sócio-econômica.

O mapeamento dos ‘territórios criativos’ ou das sub-regiões evidenciadas como pólos irradiadores criativos nos levará a delimitar as ‘bacias criativas’, assim categorizadas:

- Sub-regiões urbanas / metropolitanas (Cidades / macroterritórios): definidos prioritariamente a partir da sinergia cultural, econômica e social entre municípios.
- Sub-regiões interestaduais: definidos prioritariamente a partir da sinergia entre estados.

O Projeto do Observatório das Indústrias Criativas do Nordeste - OICNE

As diretrizes do OICNE

A arquitetura e o funcionamento do OICNE devem levar em conta sua natureza interdisciplinar, a necessidade de manutenção de um caráter plural em suas bases conceituais e em suas referências espaciais e temporais. Além da produção de conhecimento, o OICNE deve estar comprometido com a democratização do conhecimento e da informação para produzir a inclusão. Desse modo, deve primar pela transparência e a acessibilidade de seus meios e métodos. Barros (2007) propõe algumas reflexões sobre os observatórios, enfatizando os seguintes aspectos:

O objeto

A economia criativa deve ser compreendida em toda a sua diversidade e dinamismo. Daí a necessidade de criação de novas tipologias fruto dos cruzamentos entre produtos e serviços, novos modelos de criação e consumo, tão presentes hoje nas grandes cidades e regiões metropolitanas. Além da economia formal, tão característica da economia criativa, é necessário que o Observatório dê visibilidade a novas experiências criativas quase sempre invisíveis nas pesquisas tradicionais. Ao pesquisar a economia criativa no nordeste brasileiro, o OICNE parte das seguintes categorias: os arranjos produtivos (voltados à articulação, interação e cooperação entre diferentes atores sociais); as cadeias produtivas (voltadas à produção e comercialização de produtos e serviços criativos); campo (espaço definido por sua estruturação segundo suas próprias leis de funcionamento e suas próprias relações de força);

Operacionalização do OICNE

A proposta é que seja feita uma primeira atividade de investigação do Observatório, qual seja a elaboração de um estudo para a realização de uma Cartografia das Bacias Criativas do Nordeste. Este estudo permitirá um conhecimento mais preciso da dinâmica dos agentes das indústrias criativas do nordeste, considerando-se tanto a oferta quanto o consumo de bens e serviços dessa economia. Suas etapas são descritas a seguir:

- ♣ Etapa 1 - Planejamento da pesquisa
- ♣ Etapa 2 - Realização e Supervisão Geral da Pesquisa de Campo
- ♣ Etapa 3 - Compilação e tabulação dos dados coletados
- ♣ Etapa 4 - Análise dos resultados
- ♣ Etapa 5 - Elaboração dos produtos da pesquisa

O Projeto do Birô de Negócios Criativos – BNC

O Birô de Negócio Criativo é um braço de formação profissional e empreendedora para a economia criativa das bacias criativas nordestinas.

Linhas de atuação dos Birôs

- Empreendedorismo e gestão criativa
- Articulações Institucionais
- Difusão e Circulação de Produtos e Serviços Criativos
- Disseminação de Informações relativas às indústrias criativas

Considerações finais

O artigo iniciou com a citação de Josué de Castro e o seu sonho de independência econômica para o Brasil. Para Castro, essa independência é tributária de uma política consciente, capaz de corresponder às aspirações regionais do povo brasileiro. Em tempos midiáticos, em que se desmoraliza o Estado diante das 'forças' do mercado, vale refletir sobre as palavras de Souza:

Como a recente crise mundial mostrou sobejamente (já nos esquecemos dela?), a corrupção é endêmica tanto no mercado quanto no Estado em qualquer latitude do globo. A mitigação da corrupção em qualquer esfera da vida ocorre quando os mecanismos de controle ganham eficiência. A leitura seletiva do Estado como ineficiente e corrupto e do mercado como pura virtude esconde a ambiguidade constitutiva dessas duas instituições que podem servir ao bem ou ao mal conforme seu uso. Por que a "dramatização" cotidiana mil vezes repetida de justamente essa visão distorcida do mundo? A meu ver porque ela é o núcleo mesmo da violência simbólica - aquele tipo de violência que não "aparece" como violência - que torna possível a manutenção e a reprodução continuada no tempo da sociedade complexa mais desigual e injusta do planeta. (SOUZA, 2009)

É preciso que ocorram o resgate dos valores essenciais do Estado e a repolitização dos nossos discursos. Aqui se refere à política que estimula o reencantamento e que produz solidariedades. Também vale ressaltar o papel do Estado que é capaz de verdadeiramente ver, ouvir e captar os desejos, os talentos e as necessidades dos brasileiros, e por isso possuiria legitimidade para liderar a formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento.

Ao fazer o percurso do pensamento social brasileiro, observa-se que a imensidão do nosso território é quase sempre considerada um obstáculo para o nosso desenvolvimento. As regiões norte e nordeste representam para o imaginário de nossas elites o país ingovernável, o objeto de nossos constrangimentos históricos, de nossas maiores mazelas sociais. As narrativas de brasilidade têm produzido, historicamente, representações negativas sobre os sertões, ora percebidos como desertos, ora como espaços produtores de desagregação, atraso e inviabilidade para o país. De um lado, os sertões parecem desmoralizar as tarefas da República, de outro, não suscitam os interesses do mercado.

Por outro lado, no litoral serão produzidos os discursos dominantes sobre a nacionalidade brasileira, discursos historicamente fundadores das oposições entre o arcaísmo do sertão e o progresso da costa. Todas essas construções acerca do nordeste brasileiro não são ingênuas, mas representam interpretações interessadas na manutenção de uma nação desigual marcada pelos contrastes avassaladores entre indivíduos, comunidades, cidades e regiões.

O Programa Nordeste Criativo vem contribuir para a construção de um novo pensamento sobre o nordeste brasileiro. De um lado, a criação de um Observatório das Indústrias Criativas se propõe a identificar nosso manancial criativo, do outro, os Birôs de Negócios Criativos objetivam consolidar as cadeias produtivas da criatividade, enfatizando a profissionalização de empreendedores, a formação de gestores, a construção de novas habilidades e competências para os atores do campo criativo. Trata-se enfim de se construir e consolidar uma nova cidadania pelo viés da criatividade. Esse é o desafio.

Artigo recebido em 18/06/11 e aprovado em 05/07/11.

Referências

BANDEIRA, P. S. *As mesorregiões no contexto da nova política federal de desenvolvimento regional: considerações sobre aspectos institucionais e organizacionais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais - Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, 2004.

BARROS, J. M. Observatório da cultura: entre o óbvio e o urgente. *Observatório Itaú Cultural*, n. 2, mai/ago. 2007. São Paulo: Itaú Cultural, 2007, p. 59 – 65.

BOISIER, S. E se o desenvolvimento fosse uma emergência sistêmica? In.: ROJAS, P. A. V. *Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional*. Fortaleza: IADH, 2004.

BOURDIEU, P. *Poder simbólico*. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Caderno “Diretrizes Gerais para o Plano Nacional de Cultura”*. 2. ed. Brasília: Minc, 2008.

_____. Ministério da Cultura. *Cultura em números: anuário de estatísticas culturais 2009*. Brasília: Minc, 2009.

_____. Ministério da Integração Nacional. Agência de Desenvolvimento do Nordeste – Adene. *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - Desafios e Possibilidades para o Nordeste do Século XXI: Versão para discussão*. Recife: Adene, SDR/DPR/SDR, 2006. Disponível em: <<http://integração.gov.br/desenvolvimentoregional/publicações/pdne.asp>>. Acesso em: 12/08/2009.

CASTRO, J. de. *Documentário do Nordeste*. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

FURTADO, C. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Perfil dos municípios brasileiros: cultura 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

_____. *Noções Básicas de Cartografia*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/indice.htm>. Acesso em 8 de set. 2009.

LEITÃO, C. S. Por um pensamento complexo acerca de cultura e desenvolvimento. *O Público e o Privado*, Fortaleza, ano 5, n.9, jan/jun, 2007, p. 23 – 32.

_____. *Cultura e municipalização*. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

LUSTOSA DA COSTA, F. *Plano de ação da Bacia Cultural do Araripe para o desenvolvimento regional*. Fortaleza: SECULT, 2006.

RIVERO, O. de. *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROJAS, P.A.V. *Desenvolvimento endógeno: um paradigma para gestão local e regional*. Fortaleza: IADH, 2004.

SOUZA, J. de. O estado de todas as culpas. O Estado de São Paulo, São Paulo, 5, setembro, 2009. *Caderno Aliás*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/suplementos,o-estado-de-todas-as-culpas,430094,0.htm>>. Acesso em 8 set, 2009.

VIDAL E SOUZA, C. *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia: Ed. da UFG, 1997.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT - UNCTAD. *Creative Industries Report 2008*. Disponível em: <http://www.unctad.org/en/docs/ditc20082cer_en.pdf>. Acesso em: set. 2009.